

V ENECULT

QUINTO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
27 a 29 de maio de 2009
Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

A BRASILIDADE EM RUÍNAS: POR UMA ARQUEOLOGIA DA NAÇÃO

Um ensaio sobre a brasilidade e os brasileiros na experiência da redemocratização

Francisco Sá Barreto¹

Resumo: A década de 1980 apresenta, por um lado, um país já envelhecido por mudanças em mecanismos de poder sempre em torno de um mesmo princípio do que se projetara como a nação brasileira. Por outro lado, indica um cenário novo, um grito, ainda pouco compreendido, contra uma estrutura peculiar, sufocadora, de democracia conectada a uma brasilidade sempre em crise de legitimidade. Esse novo cenário projeta como objetivo construir observações a respeito de uma suposta brasilidade rasurada pela emergência de um “outro” historicamente silenciado por políticas nacionalistas ao longo da experiência do Império e da República – erguida e sustentada por regimes ditatoriais e democráticos.

Palavras-Chave: Brasilidade/Nacionalismo. Multiculturalismo. Redemocratização.

I

A década de 1980 no Brasil é marcada pela intensificação do projeto político de abertura lenta, gradual e segura, posto em pauta ainda em fins do decênio anterior pelo penúltimo governo do regime militar, então sob comando do presidente Geisel. Os grupos e movimentos sociais violentamente silenciados nos aproximadamente vinte anos anteriores galgaram um novo padrão de reconhecimento público, um renovado nível de visibilidade: da imagem de organizações terroristas ao longo dos anos de ditadura a uma projeção em um, ampliado e em visceral processo de reconstrução, novo espaço compartilhado, estruturada na defesa da democracia e em uma necessária reconstrução do já envelhecido – e remendado – projeto de nacionalidade. Em outras palavras, a década que se iniciava teria como principal agenda uma nova composição pública para o projeto político, social e cultural de democracia.

Se tal palavra não desapareceu dos debates, das audiências cada vez mais silenciosas dos grupos que desafiaram as rédeas curtas do regime quase pessoal do poder militar a partir de abril de 1964, certamente foi submetida a padrões de funcionamento distantes daqueles que, tradicionalmente, compõem um ideário

¹ Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco e doutorando em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba, xicosabarreto@gmail.com

democrático na modernidade, a saber, a soberania popular atrelada ao desenvolvimento e preservação de direitos humanos, concentrados na complexa noção de cidadania e em um desafiador, por ser bastante amplo, projeto de inclusão: a sociedade moderna.

Freqüentemente, os líderes políticos ligados ao regime militar brasileiro – nem sempre militares e nem sempre bem conhecidos na pública nação – apresentaram a ditadura, nos desenvolvidos veículos de comunicação – um consistente sistema de rádio e uma televisão em franco processo de desenvolvimento, além do lento, porém dinâmico e tradicional jornal impresso –, como etapa fundamental para a construção de um regime democrático estável, afastado do risco de novos governos pessoais, como a experiência de longa duração do governo Vargas, similarmente prejudicial às múltiplas dimensões de novas organizações da sociedade brasileira e seus movimentos, suas alternâncias de sentido.

O Estado brasileiro nasceu – orientado por um peculiar processo de independência e a experiência do Império – inspirado por ainda tímidas vivências democráticas no mundo moderno, mas articulado, em um primeiro momento, por uma necessária máquina burocrática em desenvolvimento, pelo destacado poder carismático do primeiro imperador – e enorme esforço dos grupos de elite em transferi-lo para o segundo, ao longo do que se conhece como período regencial. Em um segundo estágio, conduzia-se, fundamentalmente, pelo norte constitucionalista que se transformava em regra desde o exemplo inglês ainda de 1688 e da então mais recente referência americana, de 1776, já amparada pelos ideais iluministas de construção de um novo Estado: as repúblicas da inclusão; a era do humanismo.

A proclamação da República brasileira, já em 1889, suplementando uma longa e não pouco violenta experiência imperial, coroou o intento do que podemos chamar de liberalismo peculiar brasileiro. Um ano antes, a abolição da escravidão demonstrara o interesse de uma elite já nacional em fortalecer um mercado interno também funcionalizado pela tradição agrícola. Por um lado, um projeto de alforria dos escravos serviria para ratificar a abertura das fronteiras nacionais aos imigrantes dos mais diversos países, notadamente europeus e, posteriormente, asiáticos. Por outro lado, em escala vertiginosamente menor, os negros “libertos” – e o termo nos parece adequado, haja vista o desenrolar do processo de fim da escravidão – configurariam um também, mas não igualmente, importante mercado (espaço público) periférico para a nação brasileira. Os negros alforriados juntar-se-iam aos demais brasileiros da periferia em um projeto “peculiar” de pertencimento nacional. Uma brasilidade que, seguindo o modelo

iluminista, exclui seus membros, submetendo-os a um violento modelo de inclusão: um pertencimento silencioso.

II

O alongado século XX teria início, no Brasil, a partir do esforço de uma espécie de modernização às pressas, o reconhecimento, e o desejo de seu imediato cumprimento, de uma cartilha para a construção de sociedades modernas, apresentada ao mundo pelo exemplo europeu e pelo isolado caso americano dos Estados Unidos. O esforço modernizante para a reconstrução da cidade do Recife na primeira quarta parte do último século funciona como um bom exemplo para nossas observações.

A cidade alterou seu espaço urbano criando perspectivas para a instalação de uma vida “moderna”. Avançou na demolição de igrejas, arcos, eliminou quarteirões inteiros para abertura de novas avenidas, por onde circulariam os autos, derrubou grande área do casario do bairro do Recife para a ampliação do porto. Em muitas das reformas, como se pode ver, era a preparação da cidade para abrigar uma outra cidade que haveria de surgir (DUARTE, 2000, p.34).

Podemos observar que a preservação de significados para a cidade que já existe e para aquela que se constrói está, portanto, ligada ao desejo do fazer moderno um ambiente que se reconhece como antigo. Em outras palavras, o Recife foi submetido, nos primeiros vinte e cinco anos do último século, a uma empreitada de mudanças que se realizaram desde as projeções arquitetônicas de uma nova cidade à fabricação de novos sujeitos para habitá-la, novos recifenses.

Tal processo, parece claro, não se deu de forma homogênea e o produto de tão grande esforço não foi uma única dinâmica de cidade, mas uma rede de múltiplas cidades – desejos da nova vida urbana – afuniladas para o centro, ponto de partida da cidade antiga e eixo monumental para o novo projeto urbano. A cidade moderna projeta suas imagens a partir de seu centro, o que expressa, ao mesmo tempo, uma coesão – visto que registra um padrão de cidade, o centro como referência, como lugar comum fundamental para a cidade – e uma violência – quando sufoca os diversos formatos das regiões adjacentes em torno da imagem padronizadora do eixo. O elemento canalizador dessas duas esferas é a invenção do monumento à cidade. A cidade moderna é seu próprio monumento e pode ser traduzida pela construção da maquete da Berlim nazista, desenvolvida por Albert Speer.

... os nazistas tiveram a intuição correta ao distribuírem em massa imagens das maquetes de Speer em forma de cartão postal. O efeito monumental da arquitetura podia ser obtido com a mesma facilidade, e quem sabe ainda melhor,

por uma imagem totalizante, em grande-angular. Nem precisa construir a coisa real (HUYSSSEN, 2000, p.64).

A estabilidade da cidade como monumento se daria pela necessária incorporação de todos os seus membros ao projeto de urbanização. Em outras palavras, no caso do Recife, a necessária reconstrução simbólica dos recifenses, uma reelaboração dos espaços da cidade a serem ocupados por sujeitos novos, ora apaixonados pelo projeto de modernidade, ora assustados com a velocidade do novo tempo e um peculiar regime de inclusão/exclusão ao qual estavam sendo submetidos.

A cidade dos desejos em conflito, onde a ânsia do ser moderno era o catalisador das reformas, pegou desprevenido a muitos que tiveram de redefinir seus laços com o espaço, não sem antes manifestarem sua indignação com os governantes. Mas esse era o preço da modernização sem a vivência da modernidade (DUARTE, 2000, p.35).

O acelerado crescimento das principais cidades brasileiras na experiência do pós-guerra fez explícito um deficitário projeto de inclusão. Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador já tinham mais de um milhão de habitantes antes do final da década de 1960. As duas primeiras já funcionavam como pólos de atração dos grupos empobrecidos por um projeto de brasilidade excludente. As duas cidades nordestinas seriam confirmadas como novo eixo para migrações regionais.

No caso recifense, destacamos uma sensível mudança no tipo de deslocamentos populacionais entre os séculos XIX e XX. Se nos cem anos anteriores, a capital dos Estados era apresentada como um centro administrativo político e econômico, e não muito mais que isso, intensamente após a experiência da Segunda Guerra Mundial, o Recife – e as grandes cidades brasileiras como um todo – transformava-se em única alternativa para escapar de condições de vida cada vez menos adequadas: secas prolongadas e pouco investimento nas zonas rurais, no caso nordestino. As viagens dos trabalhadores do campo rumo às grandes cidades ocuparam destacado espaço no imaginário da nação no pós-guerra, conhecido como o drama dos retirantes.

O trabalho de João Cabral de Melo Neto, *Morte e Vida Severina: Auto de Natal Pernambucano*, escrito entre 1954 e 1955, é um bom exemplo disso. Indivíduos comuns que se lançam no desafio sem garantias da viagem ao Recife. Severino, cruzado pelo estigma do nordestino empobrecido, trabalhador rural, sem propriedades nem perspectivas, viaja à capital, onde, nas palavras do poeta, encontra cemitérios esperando. Quando mortos, enterrados como indigentes; quando ainda vivos, habitantes dos

espaços invisíveis, as zonas cinzas, ambientes obscurecidos pela mancha de uma vergonha bloqueada pelas cidades modernas.

... aqueles que perambulam pela zona cinza são infinitamente diferentes entre si (tão diferentes que muitos deles comem todos os dias e muitos só comem de vez em quando). Mas todos são afetados pela mutação do mundo do trabalho, que eu qualificaria da maneira mais simples: ninguém pode pensar que seu trabalho será igual ou parecido com o de seus pais; ninguém pode mais achar que seu trabalho será necessariamente melhor do que o de seus pais (e esta idéia, recordemos, fez parte do impulso argentino durante quase todo o século XX); ninguém pode mais achar que seu trabalho é seguro e permanente (SARLO, 2005, pp.112-113).

As cidades modernizadas tardiamente seriam submetidas a nova reconstrução. Esta seria dedicada a sensíveis alterações nos ambientes públicos, espaços compartilhados em crise provocada por rupturas com os padrões de visibilidade instituídos para a cidade dos primeiros vinte anos do século. Se os espaços precisaram ser reformados em nome da modernização, os sentidos de cidade reproduzidos, às pressas, pelos novos sujeitos urbanos às pressas estiveram sempre mais próximos daqueles das primeiras cidades modernas européias, à época – fins do século XVIII e todo o século XIX – atormentadas por uma avassaladora presença das fábricas nos cenários urbanos: problemas que iam desde um deficitário sistema de esgotos a cemitérios insuficientes para uma quantidade cada vez mais numerosa de corpos despejados, amontoados, por isso, uns sobre os outros até a altura dos muros (FOUCAULT, 2007). O desenvolvimento de uma medicina social na França, Inglaterra e Alemanha ao longo do século XIX configura-se em importante sintoma da construção de necessárias regulamentações do espaço público.

A brasilidade reage à sua condição periférica, reafirmando-se como eixo para um projeto violento de nacionalidade, vigente desde ainda o início do século XIX, mas atualizado pelo esforço de deslocamento do centro político, econômico, social e cultural das regiões rurais para novas cidades. Uma brasilidade interessada no grande discurso iluminista da inclusão precisava, intensamente na experiência do pós-guerra, desenvolver políticas de reconhecimento de seus diversos “outros”, brasileiros bloqueados pela mancha da invisibilidade: pobres, negros, índios, mulheres, mendigos, portadores de deficiência, nordestinos, trabalhadores rurais, matutos, caipiras, pardos, homossexuais, seguidores de religiões de origem africana, etc. Observamos, portanto, um cenário de enorme pressão política pela alteração da ordem oligárquica instituída ainda na colônia e perpetuada por um liberalismo peculiar.

O desejo da inclusão fracassou duplamente: primeiro, não desenvolveu políticas capazes de diminuir um abismo de desigualdade entre os grupos mais enriquecidos e uma maioria alijada de novas alternativas; segundo, bloqueou a emergência e o reconhecimento das diversidades culturais que compõem um território ainda mais amplo que aquele proposto pelas fronteiras políticas: povos diferentes, vivendo culturas diversas, em múltiplas expectativas de temporalidade e espacialidade.

III

A produção fílmica estadunidense “Adivinhe quem vem para o jantar”, de 1967, dirigida por Stanley Kramer, traz importantes ilustrações para a discussão apresentada por Huysen. O filme narra o dia de um casal em visita à cidade de São Francisco, costa oeste dos EUA, Califórnia – Estado marcadamente habitado por imigrantes latinos ou seus descendentes. A mulher, Joanna (Katharine Houghton), é uma jovem loira, educada por pais rigorosos na doutrina política do liberalismo e sua necessária inclusão do “outro”. Aprendeu, desde cedo, a não ver diferenças nas diversas matrizes culturais dos EUA e, por isso, não viu problema em seu novo relacionamento: um rapaz negro por quem se apaixonara, e que conhecera em recente viagem ao Havaí. John Prentice (Sidney Poitier) é um acadêmico, formado em medicina e estudioso de questões referentes à saúde nos trópicos; especializou-se no caso africano e viaja bastante, proferindo conferências sobre novas leituras a respeito da saúde no mundo; já foi professor de diversas universidades de prestígio nos Estados Unidos, tem 37 anos, é viúvo – perdeu esposa e filho em um acidente ferroviário oito anos antes –, filho de um carteiro aposentado e uma dona de casa de Los Angeles, também Califórnia.

Namorando há pouco mais de dez dias, o casal, em rápida passagem por São Francisco, vive experiências novas no estabelecido cenário do pós-guerra. A visita à cidade natal de Joanna tem a função de apresentar John aos pais dela: um casal bem sucedido, respaldado por carreiras de relativo sucesso. Mathew (Spencer Tracy) e Christina (Katharine Hepburn) são, respectivamente, editor de um jornal local de grande circulação e diretora de uma galeria de arte contemporânea. Profundos admiradores dos ideais do liberalismo político americano, não seguem religião alguma, e protagonizam discussões, ainda contemporâneas, sobre questões que vão desde o contato ecumênico entre grupos religiosos diferentes à problemática questão racial nos Estados Unidos. São o que se pode chamar de chefes de uma renovada família americana, esforçada em superar a experiência da Segunda Guerra Mundial com acordos políticos bem

costurados, desenvolvidos em uma esfera independente das diferenças culturais dos mais diversos grupos responsáveis pela construção dos EUA. Foram, contudo, surpreendidos por inesperado e novo relacionamento de sua única filha.

A trama sedutora do filme é estruturada a partir de um necessário estranhamento. Um casal formado por um médico negro – razão, aliás, para novo deslocamento de sentidos – e uma jovem branca, amparada pelo sucesso evidente de seus pais; além de uma sociedade, em tese, disposta a novos tipos de contato entre diferentes grupos. É o que podemos chamar de experiência da descolonização.

Nesse sentido, podemos dizer que, se a guerra de duas décadas anteriores não pôs fim ao projeto de modernidade, desenvolvido ainda em fins do século XVIII, certamente provocou enorme abalo na concepção de sujeito centrado e história unificada, bases para a fabricação das modernas nacionalidades, estruturas políticas do novo mundo ao longo dos séculos XIX e, pelo menos, primeira metade do XX. Foi rasurado o primeiro esforço de inclusão do “outro” em uma história global, regida pela saúde dos mercados e funcionalizada por um complexo composto simbólico, manipulado por um universo sensorial urbano e pela emergência de políticas cada vez mais constitucionais, procedimentais: os nacionalismos.

Nos anos que seguiram à guerra de proporções mundiais que durara quase uma década, políticas de reconhecimento entraram na pauta dos novos debates para, em um primeiro estágio, (a) evitar novos conflitos de tamanha proporção – visto que a Segunda Guerra está concentrada em, pelo menos, três eixos, pólos para a concepção política do globo: um totalitarismo nazista, pautado na eugenia e na fulcral aniquilação declarada do “outro”; um regime também ditatorial dos soviéticos, estruturado, por sua vez, no fim da propriedade privada e controle pelo trabalho; e, por fim, a política democrática encabeçada pelos EUA e demais potências européias (Inglaterra e França), forjada pela sociedade de consumo e articulada pelo discurso iluminista da igualdade, liberdade e fraternidade entre os membros das nações. Em uma segunda frente, políticas de reconhecimento deveriam (b) dar conta das pressões exercidas por grupos antes completamente silenciados pelo insustentável desenvolvimento dos Estados industrializados do globo: novas nações politicamente independentes – africanas, notadamente; ou grupos desligados das políticas nacionais, conectados por uma espécie de nova prática da memória histórica. Em outras palavras, novos grupos foram organizados no pós-guerra para, em uma primeira, e mais explícita, etapa, pôr em pauta um necessário futuro diferenciado: novos lugares sociais para sujeitos silenciosos e sem

face, habitantes de uma zona cinza das grandes cidades, reservada para uma cínica obliteração do “outro”. Em uma segunda etapa, concomitante à primeira, grupos desnacionalizados – negros, mulheres, homossexuais, religiosos, grupos étnicos etc. – estabeleceram como objetivo central para uma nova política global, uma necessária revisão do passado, novos formatos para uma memória administrada, tida, até então, como monumento das grandes nações.

[Tillie] - Tenho direito a minhas opiniões. Não gosto de minha gente tentando ser mais do que pode.

[Joanna] - Quando quiser sua opinião, eu pedirei. Ah, Tillie, desculpe-me. Não quis dizer isso e você também não. Mas você está errada. É a última pessoa que eu imaginaria ter tal atitude. Sabe que a amo, e é tão negra quanto ele. É certo amá-la e errado amá-lo? Pense um pouco sobre isso.

O diálogo acima marca o choque da apresentação de John Prentice a Tillie (Isabell Sanford), empregada há muito tempo na casa dos liberais Drayton. Tillie é a expressão da construção típica do negro estadunidense: cidadão, mas apartado dos lugares, das falas e das principais decisões da nação, habitante das regiões para negros, freqüentador de um tipo de escola – geralmente apresentada como a mais violenta – também utilizada somente por negros e/ou latinos. Além desses elementos para a construção do tipo negro, um discurso preconceituoso peculiar também caracteriza a personagem Tillie: uma extrema resistência a reconhecer como legítimo o lugar ocupado por um novo sujeito negro, materializado na figura do Dr. Prentice – como freqüentemente é apresentado ao longo do filme. Tillie compreende como abusivo o deslocamento das memórias históricas dos grupos negros de uma tradição escravocrata e de teórica submissão permanente ao desenvolvimento de um novo poder (*Black Power*), pautado em uma supervalorização do sujeito “vencido”. Ao mesmo tempo, ratifica a tese responsável pelo enquadramento dos grupos silenciados pelo projeto de nação quando se refere ao negro como “minha gente”. Por um lado, o personagem representa uma vinculação a ser superada: a ligação ao discurso nacionalista, a legitimação do gueto no pós-guerra e de zonas urbanas silenciadas pelo medo da correção institucional. Por outro lado, Tillie denuncia as falhas de um discurso emergente de uma política de reconhecimento (TAYLOR, 2000) do “outro”, quando aponta como “estranho” – também poderíamos utilizar o termo “estrangeiro” – o negro formado em medicina, usando terno e “palavras medidas” para construir seu espaço.

No trecho acima, ainda devemos destacar importante passagem na fala de Joanna. “Sabe que a amo, e é tão negra quanto ele. É certo amá-la e errado amá-lo?”.

Ao afirmar isso, a personagem da jovem menina bem sucedida, símbolo do “*american way of life*”, apresenta o tradicional discurso da inclusão, desenvolvido intensamente ao longo do século XX, mas com fôlego novo na experiência do pós-guerra. A tese é a seguinte: se os brancos americanos são capazes de amar seus empregados negros, podem, por isso, desconstruir a desconfiança histórica em torno das relações sociais entre raças, ampliando um espaço de tolerância antes reservado aos contatos regulados por instituições controladas por representantes da nação estadunidense. Dessa maneira, podemos dizer que Joanna representa o novo cidadão, nacionalista, disposto a novos acordos de mútua tolerância – incluindo até mesmo um casamento entre brancos e negros –, tendo como base uma satisfatória experiência de contato administrado entre os brancos construtores da nação e os negros incluídos tardiamente.

Se podemos falar de sociedades multiculturais ainda entre grandes impérios da antigüidade – Roma era caracterizada por sensível condição multicultural (HALL, 2003) –, passando por experiências semelhantes nas sociedades medievais e ao longo de todo o processo de fabricação dos Estados modernos, o pós-guerra denunciou, por um lado, o fracasso do desejo da sociedade multicultural em torno do princípio pacificador da nação. Por outro lado, abriu espaços para um novo esforço: a construção de teses sobre um Estado mais próximo da neutralidade – vide a proposta referente à “posição original”, de John Rawls (2004) –, em busca da fabricação de um espaço de comunhão superior, descolado, às condições de diversidade cultural. Joanna, filha de dois admiradores do projeto liberal estadunidense, é uma expressão bem sucedida desse esforço. A construção discursiva da inclusão do “outro”, no entanto, se revela pouco eficaz frente a formações sociais extremamente dinâmicas, nas quais não se fazem explícitas as regras de dominação instituídas. Nessa perspectiva, podemos afirmar que a razão apresentada por Joanna para que Tillie desconstrua um evidente estranhamento em relação a John Prentice – o amor como justificativa – revela uma revigorada estrutura de dominância, capaz de responder a formatos novos de uma sociedade multicultural, ainda regida por intensa desigualdade de relações.

[Christina] – Parece que ele impressionou você.

[Mathew] – Perguntei como ele chegou tão longe com apenas 37 anos. Acha que teve boas chances, pois cada pessoa que encontrou queria mostrar que não tinha preconceito. Causou boa impressão, sim. Não posso criticá-lo.

[Christina] – Está tentando criticá-lo?

[Mathew] – Não, não. Sabe que seu pai é carteiro? Aposentado, mora em Los Angeles. Como um carteiro negro produziu um filho como ele?

Assim, podemos dizer que o “... colonialismo – sempre uma inscrição dupla – tentou inserir o colonizado no ‘tempo homogêneo vazio’ da modernidade global, sem abolir as profundas diferenças ou disjunções de tempo, espaço e tradição” (HALL, 2003, p.55). Tillie é expressão de uma espécie de relação de dominação correspondida, o que Gramsci, em Hall (2003), chama de relação de dominância. No trecho destacado acima, a política liberal se revela novamente em um estranhamento, o reconhecimento de um deslocamento que, portanto, irrita a estabilidade da nação: o carteiro negro que tem destacado filho médico.

No Brasil, essas discussões foram ainda mais silenciadas por um regime concentrado em uma perspectiva de democracia distante, presente somente nos discursos e veículos de comunicação de massa durante os vinte e um anos de ditadura militar. Ao longo da primeira metade da década de 1980, entretanto, a emergência de um debate público sobre políticas de reconhecimento encontrou na alternativa da redemocratização um importante instrumento para reconstrução – ou nova estrutura de visibilidade – de sujeitos violentados pela cruzada nacionalista ainda durante o século XIX. Ainda que tenha sido resultado de enormes pressões dos movimentos políticos cada vez menos clandestinos durante a década de 1970, uma política da reconstrução democrática – similarmente à fabricação da República, ou abolição da escravidão, ou golpe da maioria, ou mesmo a proclamação da independência – esteve administrada por grupos ligados ao regime em desmonte.

No filme destacado acima, um nível diferenciado de visibilidade é atribuído à figura de John Prentice: como apresentamos, um médico que usa ternos e tem compromissos e repercussão em diversos países; um sujeito em rasura com um perfil do típico negro americano. Representa, no entanto, uma espécie de “entrada permitida” em um cenário que permanece praticamente inalterado, condição denunciada somente pela preconceituosa e confusa Tillie. O exemplo destaca o esforço de políticas do pós-guerra em “conceder” entradas administradas a diversos “outros” que, nesse caso, abandonam o estatuto de um sujeito estrangeiro e aderem, ainda que parcialmente, ao projeto hegemônico da nacionalidade. John Prentice está longe de um personagem também presente no filme, mas que nem mesmo tem nome: um motorista negro que tem seu carro atingido pelo veículo do pai de Joanna, Mathew, ao sair de uma sorveteria, e que protagoniza uma discussão sempre presente quando há divergências públicas entre grupos ainda apartados.

Apesar de enormes pressões, exercidas por movimentos sociais cada vez mais organizados, por uma abertura política radical, a sociedade brasileira assistiu a um processo administrado de recondução à experiência democrática. Os termos para a assinatura de uma anistia ampla, geral e irrestrita são um bom exemplo disso: um “perdão” a membros desertores do projeto oficial-original de nacionalidade; e esquecimento para os crimes (e criminosos) praticados durante as duas décadas de regime. A cobertura jornalística da campanha das “Diretas Já!” também sinaliza uma democracia de concessões: um projeto mal articulado pela grande mídia e engavetado pelos legisladores. Podemos falar, portanto, em uma política de reconhecimento, porém ainda administrado pela experiência da redemocratização, no caso brasileiro. A discussão suscitada pelo “Adivinhe quem vem para o jantar” funciona como importante ilustração desse esforço.

IV

Em seu *Identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall (2000) faz importante ilustração a respeito de um confuso relacionamento nas sociedades contemporâneas, destacadamente após a experiência da Segunda Guerra Mundial, entre uma perspectiva societária multicultural, ou seja, uma complexa formação de grupo em torno de um elemento comum supostamente deslocado das formações culturais – o Estado liberal –, e a elaboração de políticas administrativas para uma sociedade erguida a partir de matrizes culturais diversas, a saber, um multiculturalismo.

O primeiro esforço expressa o reconhecimento de um estado complexo, fissurado, rasurado de inter-relacionamento entre diversos grupos pautados em seus múltiplos particularismos, porém articulados por uma experiência – por exemplo, política – comum. O segundo, por sua vez, diz respeito ao desejo de superação das tradicionais matrizes comunitárias dos cada vez mais complexos, e forçadamente conectados, grupos humanos ao redor do globo em nome do moderno projeto de sociedades: um constructo simbólico responsável por um nível ampliado e globalizante de inclusão. Podemos afirmar, preliminarmente, que o termo multicultural, portanto, denota uma dinâmica, enquanto a perspectiva do multiculturalismo apresenta uma política.

A ilustração de Hall (2000) está concentrada no polêmico trabalho de Salman Rushdie, *Versos Satânicos*, publicado em 1989. O livro tem como enredo o universo temático de uma matriz cultural indiana imbricada à já inglesa origem do autor. Narra, a

partir de temas como o Islã e questões destacadas do Corão, a experiência do amor ocidental e uma cultura do consumo. Trata, portanto, dos cruzamentos, em dominância, de distintas experiências identitárias, destacando o debate contemporâneo a respeito da perspectiva desafiadora do reconhecimento e da inclusão de um “outro” historicamente apartado. Por uns, o romance foi criticado por ocidentalizar uma leitura sobre formações culturais do Oriente Próximo. Para outros, Rushdie foi responsável pela exploração de um viés mercadológico da cultura muçulmana no Reino Unido. Hall (2000) veiculou uma resposta do autor a tais críticas:

No centro do romance está um grupo de personagens, a maioria dos quais é constituída de muçulmanos britânicos, ou de pessoas não particularmente religiosas, de origem islâmica, lutando precisamente com o mesmo tipo de problemas que têm surgido em torno do livro, problemas de hibridização e guetização, de reconciliar o velho com o novo. Aquelas pessoas que se opõem violentamente ao romance, hoje, são de opinião de que a mistura entre diferentes culturas inevitavelmente enfraquecerá e destruirá sua própria cultura. Sou da opinião oposta. O livro *Versos Satânicos* celebra o hibridismo, a impureza, a mistura, a transformação, que vêm de novas e inesperadas combinações de seres humanos, culturas, idéias, políticas, filmes, músicas. O livro alegra-se com os cruzamentos e teme o absolutismo do Puro. (...) O livro *Versos Satânicos* é a favor da mudança-por-fusão, da mudança-por-reunião. É uma canção de amor para nossos cruzados eus (RUSHDIE Apud HALL, 2000, p.92).

Distantes de celebrar o que Rushdie chama de “mudança por fusão” ou “mudança por reunião” sem, no entanto, expressar uma dinâmica de relações sociais desiguais na fabricação desses esforços, podemos afirmar que a perspectiva do hibridismo cultural, da composição de um sujeito cruzado por múltiplos eus concentrados no discurso da globalização, denuncia a falência dos modernos nacionalismos no que diz respeito ao projeto político de elaboração de um sujeito homogeneizado pela experiência nacional. Se um escorregadio conceito de democracia moderna emerge para dar conta desse esforço, parece cada vez mais clara a carência, enquanto política, de agentes democráticos capazes de reconciliar sujeitos que, atualmente, não se projetam somente a partir de matrizes culturais diversas, mas, ainda mais complexo que isso, a partir de matrizes rasuradas. O lugar de fala de Rushdie não é o britânico, tampouco o indiano; narra a partir daquilo que Sarlo (2005) chamou de zona cinza, mas que, em nossos dias, ocupa, no mínimo, importante espaço em um mercado periférico.

A experiência do esforço político da redemocratização no Brasil durante a década de 1980 põe em debate questões similares, ou seja, evidencia um Brasil

contendo diversos brasis, incluídos a partir de uma dinâmica pública cruel e silenciadora ainda no processo de construção da independência. Não é possível, contudo, falar somente em um regime democrático administrado, como se as mais diversas organizações políticas – clandestinas ao longo do regime militar – feitas públicas, visíveis, intensamente durante os anos 1980, não tivessem atuado enquanto importantes agentes na tensa fabricação daquilo que Gramsci, em Hall (2003), chama de “equilíbrio instável”. Se, em nossos dias, debates a respeito da construção de regulamentações para sujeitos não tão novos, mas, ora pretensamente desnacionalizados, ora reinseridos no projeto necessariamente revigorado de nação, são agenda para elaboração de leis, acordos públicos para novos procedimentos, ainda antes da desconstrução completa do regime militarizado, passando pela experiência do governo civil indicado indiretamente, podemos destacar a notável emergência de diversos “outros” em um espaço público até então cuidadosamente controlado.

Diferentemente dos movimentos de contracultura, feitos visíveis e, quase completamente apropriados por uma indústria da rebeldia nos anos 1970 (PEREIRA, 1983), a proliferação do “outro” periférico revela, em um primeiro eixo, (a) o hibridismo, destacado no esforço de Rushdie, como produção permanente de “cruzados eus” em uma dinâmica de rasura e tradução (HALL, 2000) – a fabricação de um mercado de bens periféricos é um exemplo desse fenômeno: do cinema, teatro e música a festas urbanas e utensílios domésticos periféricos –; e, em um segundo eixo, (b) a emergência de políticas deslocadas do discurso globalizante da nação, que vão desde a formação de grandes grupos de traficantes e milícias urbanas – uma espécie de “terror” das periferias nacionais – a novas ordens, normas para um espaço compartilhado, que desconfiam da legitimidade do discurso centralizador de uma brasilidade, portanto, rasurada.

A década de 1980 apresenta, por um lado, um país já envelhecido por mudanças em mecanismos de poder sempre em torno de um mesmo princípio do que se projetara como a nação brasileira. Por outro lado, indica um cenário novo, um grito, ainda pouco compreendido, contra uma estrutura peculiar, sufocadora, de democracia conectada a uma brasilidade sempre em crise de legitimidade. Este ensaio não teve como objetivo dar conta de toda a dinâmica em torno desse debate. Procuramos, com este esforço, construir observações a respeito de uma suposta brasilidade rasurada pela emergência de um “outro” historicamente silenciado por políticas nacionalistas ao longo da

experiência do Império e da República – erguida e sustentada por regimes ditatoriais e democráticos.

Referências

- DUARTE, Eduardo. **Sob a luz do projetor imaginário**. Recife: Editora universitária da UFPE, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.
- _____. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KRAMER, Stanley **Adivinhe quem vem para o jantar**, 1967. (filme)
- MOREIRAS, Alberto. **A exaustão da diferença**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- SARLO, Beatriz. **Tempo Presente: notas sobre a mudança de uma cultura**. Rio de Janeiro: José Olympo, 2005.
- TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.